

## Reabilitação Urbana

*Experiências Recentes do Programa Polis*

*João Pedro Matos Fernandes\**

**R**esumo: Neste artigo são tipificados os diversos programas de renovação urbana existentes em Portugal e é proposta uma grelha de princípios fundamentais para o sucesso das intervenções de renovação.

São descritas quatro experiências muito recentes de quatro projectos candidatos ao Programa Polis, programa de renovação de cidades e procede-se à sua análise à luz da tradição de planeamento de cada uma das cidades.

*Palavras-Chave: renovação urbana; planeamento estratégico; Programa Polis.*

### **As Cidades sem Deus: tentativa pagã de reintroduzir a divindade**

Pensado para os dias de hoje, *As Cidades de Deus* de Santo Agostinho seria um título vão se aplicado às nossas realidades urbanas. Para aqueles que acreditam na criação do homem “à imagem e semelhança” do criador, a apreciação das mais importantes obras humanas do último meio século, as cidades fragmentadas, entupidas, suburbanizadas e egoístas, deixam cair por terra qualquer parecença com uma divindade que, por muita liberdade que ofereça às seus criaturas, tem por princípios de acção a justiça, o equilíbrio, o bom senso.

É consensual a ideia de que as cidades são o ecossistema do homem. É consensual que a evolução da espécie humana conduziu a uma diversidade de características individuais e colectivas que tornam impossível a criação de cidades homogéneas que sejam cidades vivas. As colmeias, os formigueiros, têm uma razão de existência delimitável. As cidades, não. A multiplicidade humana atira-nos para limites que transcendem a racionalidade e a possibilidade de parametrizar vontades, tanto mais que, e esta não é mais do que uma opinião, são muito provavelmente as vontades minoritárias aquelas que melhor parecem assegurar o futuro urbano.

Mas por muito que não sejamos racionalistas a interpretar territorialmente a diversidade, há limites para tudo, e a voracidade com que maltratamos o espaço em que vivemos, o consumo do tempo, o elogio do vulgar, a vulgarização do pífio, são a prova da não ominipresença de Deus no gesto de construir cidade.

Numa obra “total”, Peter Hall afirma que as cidades só vivem um período áureo, nunca o conseguindo repetir pelos mesmos motivos. Os seus exemplos são a uma escala histórica de grande alcance.

A Atenas do século IV. Florença do século XV de Leonardo e Miguel Ângelo. A Londres de Isabel I e de Shakespeare no final do século XVI. O século XIX vienense, e o seu início de Haydn e Mozart até ao final de Mahler e Schoenberg. A Paris dos impressionistas do “fin-de-siècle”. A Berlim da Bauhaus e da República de Weimar nos últimos anos 20 e 30.

É notório que todos estes períodos destas cidades são marcados por fortíssimos processos criativos. E se quisermos associar datas a movimentos políticos ou de inovação tecnológica e produtiva, reconheceremos também com facilidade a forte correlação entre a criatividade e a projecção urbana.

Como processo divergente, assegurador da diferença interurbana, a criatividade tem como base os criativos, pessoas ou grupos de pessoas, e a

\* Engenheiro Civil (UP) Mestre em Transportes (IST). Administrador da Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S.A.  
Contacto: mfernandes@quaternaire.pt



história recente demonstra que a requalificação urbana é inimiga do *habitat* dos criativos. Um criativo carece sobretudo de duas coisas para se estabelecer: rendas baixas e ausência de controlo social. A qualificação das cidades é motivadora do aumento das expectativas fundiárias, bem como reforça a padronização das relações sociais o que acaba por traduzir-se numa força repulsiva para os criativos. Quando o Quartier Latin foi invadido por hordas de turistas de máquinas fotográficas os criativos parisienses mudaram-se para o Marais. Quando Greenwich Village passou a ser a morada do senhor Murdoch, os criativos atravessaram a Ponte do Brooklyn.

Qualquer esforço em tornar “clean” as cidades, retirando-lhe o seu ambiente “cool” pode colocar em risco o que de mais importante têm as cidades hoje: a sua capacidade de gerar recursos únicos, a combinar de forma ainda mais distintiva, como garantia da sua sustentabilidade humana, ou, se preferirem, a sua razão de ser para além de um espaço de dormir, reproduzir e criar riqueza.

Talvez a criatividade seja o sinal do divino na intervenção do homem na cidade.

### **Precisão do Objecto de Estudo: matéria empírica em análise**

Os programas generalizados de recuperação urbana são uma novidade no nosso país, podendo localizar-se no tempo o início do segundo Quadro Comunitário de Apoio como o momento em que tal facto sucedeu.

Por programas generalizados queremos indicar os programas de iniciativa nacional ou comunitária aos quais as autarquias recorreram para ver financiados os seus projectos, deixando fora desta análise todos os processos de renovação urbana e planeamento que antecedem em muito esta realidade.

Estes programas podem agrupar-se em dois tipos de conjuntos:

- De acordo com o financiamento (nacional ou comunitário);
- De acordo com a promoção (por parte dos organismos do “desenvolvimento” ou por parte dos organismos “do ordenamento do território ou do ambiente”).

No primeiro dos conjuntos, as grandes diferenças estabelecem-se sobretudo pelos montantes de financiamento. Os programas de origem comunitária são dotados de “budgets” muito

superiores do que aqueles financiados apenas pelo Orçamento Geral do Estado. Do ponto de vista das exigências para a aprovação não é possível ser tão taxativo nesta divisão, pois o PROSIURB, programa exclusivamente financiado por verbas nacionais foi porventura o mais estimulante para a discussão interna nas cidades a ele candidatas, por obrigar à elaboração de um plano estratégico de cidade e à sua consensualização interna, e ainda a criação de um gabinete de cidade que teria como função principal prolongar no tempo essa discussão.

No segundo dos conjuntos, o da gestão e gestão dos programas, as diferenças são mais evidentes, e conduzem a que, tendo todos os programas uma componente material, de uma maneira geral, os programas “liderados” pela vertente do ordenamento e do ambiente se concentrem nesta vertente material, e, em casos como os do programa Polis, apenas numa parte desta, ligada às questões da recuperação ambiental e urbana. Por outro lado, os programas “tutelados” pela área do desenvolvimento têm incluído uma componente imaterial reservada às questões sociais e da criação de actividade, ou então uma componente material de suporte às questões do desenvolvimento urbano.

Não se nos colocam dúvidas sobre a multiplicidade do interesse dos programas ditos do desenvolvimento (incluímos aqui programas como o Urban e o Urban II, os Projectos Urbanos financiados pelo Artigo 10.º do FEDER, e o PROQUAL – Programa de Recuperação das Periferias da Área Metropolitana de Lisboa). Estes são exemplos aos quais correspondem investimentos de recuperação urbana, que associam obra e intervenção social. Um projecto de renovação urbana que faça juz ao qualificativo “integrado” (forma como se têm vindo a qualificar todos os programas de intervenção em cidades, mesmo quando se não percebe o que é que estes integram) terá de deter componentes que ultrapassam a intervenção obreirística, e neste sentido o exemplo de programa que optou por analisar com maior detalhe (o Programa Polis) é de todos aquele que tipifica de forma mais fechada as intervenções que poderão ser levadas a cabo, tendo todas elas uma expressão eminentemente material.

A opção por analisar este programa é ditada por uma ordem tripla de razões:

- A experiência de participação na coordenação de seis candidaturas a diferentes medidas deste programa permite-nos uma base empírica que



consideramos merecedora de uma reflexão conjunta e que os leitores julgarão, ou não, partilhável;

– O não academismo do autor do artigo que poucas oportunidades tem tido de analisar realidades concretas que sejam externas aos seus horizontes profissionais imediatos recomenda que o mesmo se concentre apenas nos objectos empíricos que tem desenvolvido;

– Mais do que tudo, porque o Programa Polis tem uma componente de pragmatismo quase perturbante, muito útil à explicitação de algumas das convicções profundas do autor no que à renovação urbana diz respeito.

Os quatro casos de estudo objecto de análise neste texto são as candidaturas à Componente I do Programa Polis (Grandes Intervenções Urbanas) das cidades de Setúbal, Torres Vedras, Viana do Castelo e Vila Real.

### **As Virtudes Necessárias a um Processo de Renovação Urbana: a “média escala” portuguesa**

Talvez devêssemos começar este capítulo com um conjunto alargado de ressalvas, muito para além daquelas que o subtítulo permite inferir.

Não o faremos para tornar mais fluida e leitura. Começemos por concluir. Um processo de renovação urbana, para ser bem sucedido, precisa de:

– Ter por detrás uma estratégia em que, para além de definir as ideias chave da renovação, deve conter projectos amadurecidos, no seu conteúdo, entre os agentes da cidade;

– Dirigir-se a locais com os quais os moradores e visitantes da urbe desenvolvam uma relação afectiva;

– Conter projectos-âncora, pensados para além das necessidades naturais dos cidadãos e fomentadores de novas práticas urbanas;

– Desenvolver-se sob um modelo organizativo definido à partida e que, respeitando os interesses públicos e de participação, aposte na concretização rigorosa – nos custos e nos prazos – dos propósitos da intervenção.

#### *Da estratégia...*

A estratégia é fundamental, seja porque pressupõe reflexão e discussão, seja porque reduz a incerteza, seja porque traduz perspectivas de

integração e de compromisso com a cidade e os seus agentes.

Ter uma estratégia não implica a existência de um plano. Pode existir estratégia sem plano, até mesmo sem planeadores. No entanto, a elaboração de um plano estratégico para a cidade obriga a um exercício de reflexão, de autocritica e de exploração de novos objectivos fundamentais para um processo de renovação urbana.

Adaptando (com um significativo número de alterações) as sugestões de Charles Landry, o planeamento estratégico urbano:

– Define critérios para tornar úteis os processos de inovação na intervenção urbana;

– Estabelece ligações entre as intervenções físicas e as suas repercussões ao nível das políticas culturais, educacionais e de formação;

– Permite aos decisores públicos uma reflexão sobre as alterações organizacionais e de acesso a financiamentos a que os novos projectos obrigam;

– Dá indicações sobre as técnicas de planeamento estratégico que melhor se adaptam à cidade e ao seu estado de desenvolvimento;

– Ajuda a avaliar as políticas seguidas e define uma matriz procedimental para futuras acções;

– Avalia a capacidade que a cidade tem para se lançar em novos projectos de aprendizagem, criatividade e inovação urbana;

– Confere uma noção da escala de tempo necessária para a renovação urbana, compatível com a aceitação e o comprometimento dos agentes sociais, culturais e económicos da cidade.

#### *Da afectividade...*

A aposta na afectividade pode trazer inúmeros ganhos do lado da efectividade, isto é, de tornar socialmente mais rendíveis os investimentos tangíveis na renovação urbana.

Apostar na afectividade significa intervir nos espaços urbanos que os visitantes confundem com a própria realidade urbana e com os quais os residentes estabelecem relações de pertença territorial.

De um modo geral eles são de três géneros diferentes:

– Locais com passado;

– Espaços próximos de valores naturais;

– Equipamentos de diferença.

Uma intervenção neste tipo de territórios tem



uma efectividade superior ao de outros espaços urbanos indiferenciados, no sentido em que:

- “Envolve” um maior número de pessoas;
- Permite às cidades projectos de promoção que as tornem mais atractivas para visitantes;
- Procede directamente à recuperação dos espaços mais simbólicos das cidades, podendo induzir novas práticas de sociabilidade urbana.

Se a afectividade se dirige de forma diversa, mas comparável, às tipologias de espaços identificados, a sua efectividade, traduzida na facilidade de intervir e na rendibilidade social das intervenções, já introduz uma componente de diferenciação entre aqueles.

É que, de uma maneira geral, os espaços próximos de valores naturais, seja pela existência de feudos administrativos que promovem a sua gestão, seja pelo declínio de actividades, constituem-se como espaços expectantes.

No que diz respeito aos centros históricos, tal asserção não é verdadeira. Independentemente de valer muito a pena intervir nos centros históricos, esta é uma tarefa de grande complexidade por estarmos em face de zonas em que mora gente que desenvolve necessidades quotidianas, porque estamos a falar de valores patrimoniais que criaram hábitos de exposição sendo as pessoas avessas a que os mesmos de alterem.

#### *Da ambição...*

O terceiro vector que deverá, em nossa opinião, enformar os projectos de renovação urbana pressupõe um certo apelo do supérfluo, ao pôr a fasquia acima das necessidades quotidianas dos cidadãos. Pensamos de facto que assim deverá ser, sobretudo se nos dirigirmos a espaços nobres das cidades. Mesmo em tempos de reequilíbrio orçamental das contas do Estado, somos da opinião que a fazer se deve fazer bem.

O que motiva, nos tempos de hoje, as pessoas para a sociabilidade urbana (descontando os fenómenos do tipo Centro Comercial) não é o prolongamento das características banais da própria cidade. Há um estar de pós-modernidade (também) na relação com o território urbano que nos faz procurar a diferença, o “chique”, a marca de autor.

Um bom projecto de renovação urbana, para além do respeito pelas existências que o mereçam, deve apostar nos materiais, nas formas e funções inovadoras, num certo excesso, mais sensível do

que visível, para que possa polarizar outras vontades de intervenção.

Os novos motivos de atracção, ou a redescoberta de velhos motivos, são determinantes no sucesso de uma intervenção de renovação urbana. A introdução de novos equipamentos e uma política coerente de formação de novos públicos urbanos para as razões da urbanidade (a cultura é uma delas) são complementos estruturantes destes processos e a garantia da sua perenidade.

#### *Da organização...*

O quarto e último dos vectores a valorizar é o das questões organizativas tendentes à criação de condições concretas para a intervenção. No ritmo normal de crescimento das nossas cidades, os tempos de delapidação de recursos têm-se demonstrado mais céleres do que os da recuperação e renovação urbanas. Sem embargo de muito estar por fazer e por interiorizar no que são as novas competências autárquicas de intervenção urbana decorrentes do Decreto-lei 380/99, de 22 de Setembro, é um facto que os meios que se encontram comumente ao dispor dos agentes que têm por obrigação conduzir os processos de renovação urbana, as Câmaras Municipais, não são bastantes para que estes processos de renovação se transformem em compromissos de rigor para com os cidadãos.

Existindo consenso estratégico. Existindo instrumentos de gestão territorial legalmente aprovados, o que pressupõe a existência de uma discussão pública alargada, é fundamental encontrar mecanismos de excepção para a concretização dos projectos de renovação. A questão que pode colocar-se será mesmo a da necessidade de estes mecanismos administrativos serem de excepção, isto é, não será mais correcto encontrar enquadramento legal para que, em projectos que traduzam objectivos claros de renovação urbana, suportados por instrumentos estratégicos, estes possam estar dispensados de mecanismos prévios de controlo de execução. A transparência democrática não é exclusiva do cumprimento da “lei das empreitadas” nem no visto prévio do Tribunal de Contas.

Um processo integrado de renovação urbana terá que saber definir à partida os seus custos, os seus tempos, as suas margens de incerteza e os seus rostos. A partir daí trata-se de cumprir com eficiência as metas definidas, com estruturas



técnicas próprias, com regras simplificadas e transparentes de adjudicação, com métodos leais de audição dos interessados.

## O Programa Polis: características

Lançado oficialmente a 14 de Abril de 2000, o Programa Polis, de iniciativa da Administração Central, pretendia desenvolver, em parceria com as Câmaras Municipais projectos urbanos que cumprissem os seguintes quatro objectivos:

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;

- Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovam a multifuncionalidade desses centros;

- Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa;

- Apoiar iniciativas que visem aumentar zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

Os objectivos não traduzem uma especial novidade. Outros programas, noutros tempos (embora não muito remotos) poderiam fixar iguais objectivos. Na redacção dos objectivos, um único, mas relevante facto novo. Adjectivar como “grandes” as operações de requalificação urbana. Não é comum esta ambição nos programas de renovação urbana. Naturalmente, a dimensão do grande é relativa e fica por quantificar. Mas estabelece uma bitola e faz pensar diferente aos planeadores.

Em que é que se revelou verdadeiramente diferente o Programa Polis?

a) Em primeiro lugar, porque encontramos o Estado Central a participar de forma directa em matérias que, até aos dias de hoje e desde que temos Poder Democrático, são competência da Administração Local. Boa parte das intervenções Polis é gerida por Sociedades Anónimas em que a maioria do capital é detido pela Administração Central;

b) Em segundo lugar, pela vontade inequívoca de concentrar investimentos, escolhendo de forma criteriosa mas discricionária um número significativo das cidades em que se pretendia

intervir através deste programa. Os programas anteriores de que a renovação urbana fazia parte, com excepção do Urban, eram programas abertos, sujeitos a candidaturas municipais, nos quais nunca tinha existido coragem política de aprovação de seleccionar um número reduzido de intervenções, dando invariavelmente lugar a uma miríade de pequenas intervenções que traduziam em pequeníssima escala melhorias para a cidade;

c) Em terceiro lugar pela criação de condições operacionais e de gestão, nomeadamente aprovando legislação específica para o efeito, que permitiram assumir compromissos claros em relação aos prazos em que deveriam decorrer as intervenções.

d) Por último, ao criar a obrigação de as intervenções terem que ser obrigatoriamente iniciadas com a execução de Plano de Pormenor, e uma vez que as acções físicas se dirigiam fundamentalmente a áreas urbanas consolidadas ou em regressão, o Polis deixa um lastro de planeamento físico de grande relevância para o futuro pós-Polis das cidades.

Não podemos avaliar o sucesso das intervenções Polis. Podemos, isso sim, avaliar a sua popularidade junto das autarquias quando o mesmo foi lançado e a avidez (positiva) destas em poder integrar o programa como forma de ver concretizados velhos anseios. Podemos também avaliar o tom de rejeição por parte da comunidade científica ao seu lançamento, pelo excesso de pragmatismo e ausência de explicitação de critérios de elegibilidade.

É verdade que o Polis exclui um grande número de dimensões em que importa intervir nas cidades. É verdade que o Polis tem uma formulação que de tão simples pode ser tomada como simplista.

Mas é também verdade que os programas anteriores com os quais o podemos comparar nunca souberam fazer a ruptura, tentaram fazer a integração sectorial sem que nunca nenhum dos sectores tivesse reflectido sobre aquilo que sabia fazer bem, carregaram sempre para a sua formulação urbana o “complexo do rural”, sonharam acudir a todos não deixando marca, nem exemplo, nem história.

Nam Ellin afirma serem quatro os valores da pós-modernidade na relação dos cidadãos com o território (a tradução é nossa):



- Ficção;
- "Finnesse";
- Fobia;
- Finanças.

O Polis é provavelmente um programa pós-moderno de intervenção urbana, e como tal mais próximo das aspirações dos cidadãos tomadas individualmente do que das suas reais necessidades colectivas.

Era o tempo de tentar. Vejamos o que a sua concretização nos trará.

### As Quatro Candidaturas: análise separada e comparada

A análise empírica deste texto corresponde a quatro candidaturas ao Programa Polis (Setúbal, Torres Vedras, Viana do Castelo e Vila Real). Por obrigação dos requisitos das candidaturas, tinham as cidades que desenvolver um Plano Estratégico de Intervenção, que precisasse os seus objectivos, descrevesse as acções a concretizar, estimasse o custo dessas acções e architectasse a engenharia financeira capaz de suportar os encargos relativos ao investimento.

Para a história do programa ficará que duas destas cidades, Viana do Castelo e Vila Real, foram escolhidas directamente, e as restantes se candidataram em concurso aberto com mais cinquenta outras, tendo sido escolhidas, entre dez.

Tal facto não é relevante para os trabalhos que serão analisados, pelo que não será retomado.

Façamos a comparação das candidaturas segundo dois pontos de vista:

- Planeamento estratégico;
- Escolha da área a intervir;

Do ponto de vista da estratégia urbana, as cidades podiam dividir-se da seguinte forma no início do processo.

Era este o estado de arte de cada uma das cidades no que aos hábitos de concertação estratégica, mais ou menos formalizada, diz respeito.

Esta questão era uma questão fulcral no trabalho da equipa de consultores e na interpretação que poderia vir a ser feita por aqueles que viessem a apreciar os projectos de cada cidade.

Cumprir dizer-se que, os denominados Planos Estratégicos de Intervenção Polis não eram, nem são, verdadeiros planos estratégicos. Não foram discutidos com a cidade, não tiveram objectivos reais de parceria, não foram amadurecidos no sentido de identificar as reais necessidades da cidade.

Dito de outra forma. Não foi no tempo de gestação destes planos que se fez verdadeiro planeamento estratégico urbano. As cidades que já haviam cumprido esse processo (Viana do Castelo é um caso evidente) puderam aproveitar o programa de forma plena. Àquelas que se encontravam em posição intermediária neste processo, foi determinante a ambição como factor de contestação posterior pelos agentes urbanos: ambições maiores em processos pouco amadurecidos (o caso de Vila Real) levaram a retrocessos de maior monta aquando da concretização das ideias em sede de instrumentos de gestão territorial. Setúbal está ainda num estágio muito incipiente e foi de todos os executivos o único em que houve alterações políticas no último sufrágio autárquico, logo é menos linear a avaliação do processo.

Uma vez que se afirmou não serem os Planos Estratégicos de Intervenção Polis verdadeiros planos estratégicos, seja qual for a definição comumente aceite para Plano Estratégico, importa dizer o que foram estes documentos.

Eles foram a tradução objectiva e mensurada de programas de renovação urbana. Os programas de renovação, enquanto estudos, são algo de difícil

Cidade	Existência de Plano Estratégico de cidade	Prática de discussão estratégica
Setúbal	Não	Nula
Torres Vedras	Sim	Fraca
Vila Real	Sim (de um eixo urbano)	Fraca
Viana do Castelo	Sim	Forte (com um Gabinete de Cidadania activo)



definição, que podem classificar-se como figuras localizadas entre o plano e o projecto. Partem de diagnósticos sumaríssimos, as mais das vezes já induzidos pela escolha prévia da localização da intervenção. Produzem a delimitação da área de intervenção, que constitui invariavelmente um polígono fechado. Continuam com a definição de objectivos estratégicos muito circunscritos e cujo cumprimento depende, preferencialmente, desta e só desta intervenção. Completam-se com a elocução de projectos e definição muito precisa dos custos e prazos que lhe estão associados.

Evocando os objectivos Polis, foi muito simples a escolha das áreas de intervenção de Viana do Castelo e Setúbal, uma vez que ambas se situam no estuário de dois rios (o Lima e o Sado).



Foto de Quatenaire, Viana do Castelo.

A intervenção de Viana do Castelo é mais plural, sob o lema, Viana do Castelo, cidade dos quatro ecossistemas (rio, mar, serra e centro histórico).

Os objectivos definidos para a intervenção foram:

- valorizar a proximidade da presença de três ecossistemas naturais (mar, rio e serra) e o seu cruzamento na cidade, aqui entendida como o ecossistema do homem;

- qualificar o Centro Históricas, devolvendo-o aos peões e estudando alternativas para a circulação e estacionamento de veículos automóveis;

- apostar na valorização de toda a Frente Ribeirinha, privilegiando o contacto com o rio e transformando-a num novo centro lúdico, cultural e administrativo da cidade.

A intervenção de Viana do Castelo é a emanção natural de duas constatações óbvias:

- um processo de planeamento estratégico iniciado com um plano e continuado por uma discussão sustentada no seio do Gabinete de Cidade e na prática democrática fundada dos eleitos locais;

- a existência de um centro urbano relati-

vamente preservado e com um enquadramento natural de rara valia.

Assim sendo, o Programa Polis não foi mais do que a oportunidade de concretizar um conjunto de intenções sedimentadas no seio da cidade. Do aproveitamento da oportunidade resultaram outros projectos aparentemente menos amadurecidos na cidade como a demolição do Prédio do Coutinho (edifício com 14 andares em pleno centro histórico). Estes projectos correspondem, no entanto, a um



e levar de farsa da renovação urbana e tudo concorre para que, se não existirem percalços administrativos e financeiros, Viana do Castelo chegue ao fim deste processo como uma cidade ainda mais atractiva e qualificada.

Do ponto de vista da inserção paisagística, Setúbal é um caso em todo comparável com o de Viana do Castelo (também o rio, o mar, a serra da Arrábida). Talvez o centro histórico seja patrimonialmente menos relevante que no exemplo anterior, mas a Av. Luísa Todi tem um potencial de fruição urbana ímpar no contexto português.

Para a intervenção Polis de Setúbal não foram formulados objectivos mas sim linhas de força para a intervenção:

- A ligação da cidade ao rio;
- A revitalização urbana;
- A valorização ambiental;

- As dimensões da cultura, lazer e turismo;
- O respeito pela tradição portuária e industrial da cidade

Claramente mais imprecisos do que em Viana do Castelo, esta intervenção distingue-se da anterior pois dois motivos principais:

- Em primeiro lugar, porque a ausência de uma ideia de cidade discutida com tempo não possibilitou tirar partido dos restantes elementos naturais;
- Em segundo lugar, porque a frente ribeirinha de Setúbal é um espaço com funções activas no domínio da economia do mar e das pescas.

Estes factores de complexidade tornam mais débil, quer do ponto de vista da consensualização, quer da maturação dos meios operacionais a intervenção de Setúbal.

O exemplo de Vila Real corresponde a um

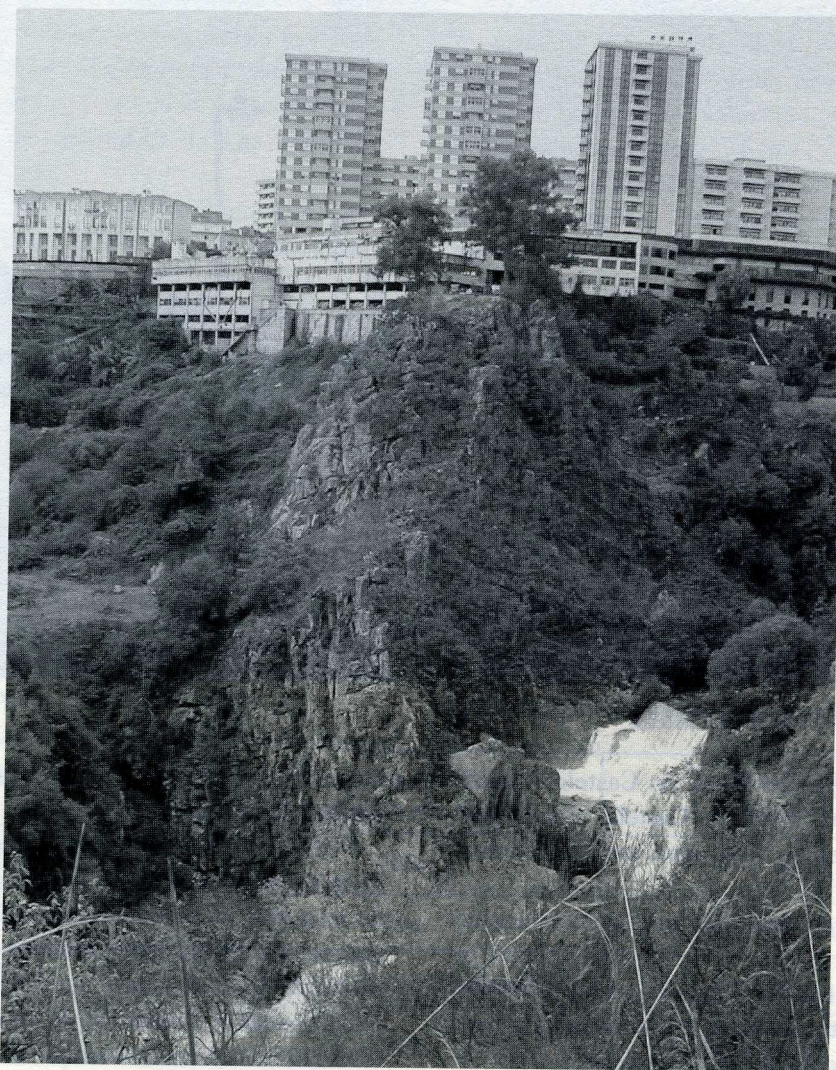


Foto de Quatenaire, Vale do Corvo, Vila Real.



exemplo significativamente diferente dos outros dois. Nesta cidade nada é óbvio, nem no que diz respeito à escolha de um espaço para intervir, nem na existência de uma área com dimensão que corresponda a um património simbólico para os vilarealenses.

Os dois principais factores que, numa primeira leitura, exigiam intervenção são:

– A presença dos vales do Corgo e Cabril como espaços naturais de grande beleza cénica em plena cidade mas de quase impossível acesso e fruição;

– Uma cidade muito carente de coesão urbana, uma vez que os principais equipamentos, com destaque para a Universidade, tinham sido implantados de forma desgarrada para com a restante cidade.

Neste contexto foram definidas três apostas:

- Reforçar a coesão urbana;
- Valorizar a componente ambiental-urbana;
- Criar uma cidade a duas cotas.

Destas apostas, a nossa leitura aponta para que a segunda e terceira se concluam com êxito.

A primeira não. Não, porque este não é um objectivo simples de cumprir. Não, porque os projectos convencionais de mobilidade não são comparticipados pelo programa Polis. Não, porque a ausência de concertação estratégica prévia obrigou a autarquia a assumir um conjunto de projectos que, em sede de Plano de Pormenor não granjearam a aceitação por parte da população. Má informação? Maus projectos? Demasiado voluntarismo? Estas podem ser razões que expliquem a queda do projecto do teleférico sobre o vale do Corgo na ligação à Universidade. Somos da opinião que o principal factor foi a ausência de debate prévio, que os “timings” do Polis inviabilizaram e que se encontrava por fazer.

Torres Vedras tem uma característica comum com Vila Real. Também nesta cidade não há um espaço em que se demonstre óbvio intervir. A intervenção Polis procurou um espaço urbano de relação directa com o Rio Sizandro tirando partido da existência em cada uma das margens de um parque e do morro do castelo. Acrescia o facto de esta zona ser o espaço da cidade que corria o risco de ser marginalizada no processo natural de evolução urbana.



Foto de Quatenaire, Torres Vedras.



Os objectivos da intervenção em Torres Vedras são:

– Reforçar a identidade e o sentimento de pertença dos Torrenses intervindo em alguns espaços simbólicos, nomeadamente no Centro Histórico e no Choupal, e na criação de espaços de animação cultural;

– Revitalizar a estrutura verde da cidade, valorizando a continuidade com o espaço rural e salvaguardando os valores ambientais presentes, promovendo a criação de espaços públicos equipados com condições para incentivar a componente relacional de vivência urbana;

– Promover a criação de uma centralidade secundária na zona norte que reforce a coesão espacial, funcional e social da cidade;

– Requalificar o espaço público urbano reordenando os sistemas de circulação e privilegiando os circuitos pedonais e os espaços de convivência.

O projecto Polis de Torres Vedras têm uma ambição financeira mais limitada do que os restantes, sendo que os seus factores de risco residem em:

– Não foi criada uma sociedade Polis, pelo que a intervenção está a ser liderada pela Câmara Municipal, com as limitações de eficiência que daí decorrem;

– A poluição do Rio Sizandro não é resolúvel à escala da intervenção e a melhoria da qualidade da água neste curso de água é da maior importância para o sucesso da intervenção.

### **Conclusões: o que importa fazer diferente**

A primeira conclusão é: ficou tanta coisa de fora. Nos processos de que aqui falámos, noutros que estão presentes nos programas existentes nos vários Quadros Comunitários de Apoio, a renovação urbana é dirigida a três tipos de realidade:

- Os centros das cidades;
- As periferias e os bairros problema;
- As aldeias com motivos de interesse.

Ficam de fora aquelas que são, muito provavelmente, algumas das características mais distintivas do panorama português de ocupação do solo:

– As vilas que não têm nada que as recomende;

– O difuso.

Para estas não há programas, não há vontades políticas, as próprias intervenções da Administração Central que sobre elas incidem, ou passam, deixam um lastro de “mal acabado” que tornam ainda mais estranhos estes lugares. Recordamos como excepção à regra, a existência no PRODOURO de um subprograma que se chamava “Uma vila, uma praça”.

Em relação às cidades e ao conteúdo deste texto, poderemos concluir que

– À grande diversidade de programas de renovação urbana corresponde sobretudo uma única divisão: os programas tutelados tradicionalmente pelo Planeamento que integram componentes sociais e os tutelados pelo Ambiente e Ordenamento do Território que privilegiam quase exclusivamente a intervenção física.

– O sucesso das intervenções urbanas está muito dependente da existência de um período alongado de discussão estratégica, que deve ser seguido de um período curto e rigoroso dedicado à intervenção, suportado por estruturas técnicas dedicadas em exclusivo à sua concretização;

– O Programa Polis, apesar de se ter concentrado em exclusivo nas intervenções de índole física, criou um espaço de novidade ao nível da operacionalidade da intervenção que importa ser seguido como balão de ensaio de grande folgo para a renovação urbana em Portugal;

– Demonstra-se que as cidades que seguiram de forma continuada processos de concertação e planeamento estratégico detêm vantagens quando os processos de renovação se iniciam.

Como nota final e forma de retomar as considerações do primeiro capítulo, não será o Programa Polis a reconduzir-nos activamente a redescobrir a divindade urbana. Poderá ajudar a que voltemos a gostar das nossas cidades e nesse sentido desempenhará um papel relevante.

O “up grade” de exigência de cidadania que terá que comprometer os decisores políticos para que voltemos a orgulharmo-nos das nossas cidades será um processo muito lento e de aprendizagem continuada, no qual as criaturas de Deus desempenharão um papel de criativos, seguindo princípio de diferença, de justiça e de bom senso.



## Bibliografia

- BABO, E. P.; FERNANDES, J. P. M.; MARQUES, T. S.; 1997, "Planeamento Estratégico de Cidades: uma experiência ao Norte", *Revista Sociedade e Território* n.º 24.
- BARROCO, A.; FERNANDES, J. P. M., 2000, "A afectividade e efectividade na renovação urbana", *Seminário sobre requalificação/regeneração urbana*, Sintra, 21 de Julho de 2000.
- ELLIN, N., 1999, "Post-Modern Urbanism".
- FERNANDES, J. P. M., 2002, "Os centros históricos e as novas formas de encarar a urbanidade: o exemplo (possível) de Viana do Castelo", *Seminário Intervenções no Património: práticas de conservação e reabilitação*, Porto e Viana do Castelo, 2, 3 e 4 de Outubro de 2002.
- HALL, P., 1998, *Cities in Civilization*, Phoenix Giant Paperback, Londres.
- LANDRY, C., 2000, *The Creative City: a Toolkit for Urban Innovators*, Earthscan Publications, Londres.
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, 2002, "O Polis em Números".
- MONTANER, J. M., 1997, *A Modernidade Superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX*, ed. brasileira, GG, Barcelona.
- QUATERNAIRE PORTUGAL, 2001, *Plano Estratégico da Intervenção Polis de Setúbal*, Câmara Municipal.
- QUATERNAIRE PORTUGAL, *Plano Estratégico da Intervenção Polis de Torres Vedras*, Câmara Municipal.
- QUATERNAIRE PORTUGAL, 2001, *Plano Estratégico da Intervenção Polis de Viana do Castelo*, Câmara Municipal.
- QUATERNAIRE PORTUGAL, 2001, *Plano Estratégico da Intervenção Polis de Vila Real*, Câmara Municipal.

## Apresentação

No contexto de diversas pesquisas inseridas num projecto de investigação em curso<sup>1</sup>, apresentamos aqui um quadro instrumental e metodológico que se encontra em fase experimental de aplicação empírica, construído em função de alguns dos objectivos daquela investigação. Por isso, há certas discussões mais determinantes na enquadratura analítica da referida investigação, já, em certa medida, apresentadas num momento (nesta mesma revista) através da publicação de um texto do coordenador desse

projecto (V. Matias Ferreira, 2001). Daquela enquadratura, recorde-se duas das dimensões efectivamente analisadoras do objecto privilegiado das pesquisas a desenvolver: dimensões essas centradas nas morfologias urbanas e nos espaços públicos da Metrópole de Lisboa. Realmente, através do jogo articulado dessas dimensões analíticas, as pesquisas em curso pretendem vir a ilustrar graus e modos de afirmação qualitativa daquele território metropolitano, num contexto mais geral em que estará em causa discutir o que então designámos de *protagonismo* da Metrópole de Lisboa. Adiante apresentaremos, de modo sucinto, esse mesmo enquadramento analítico, a partir de